Criança, morte, violência e jornalismo: uma leitura dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo[1]

Angela Maria FARAH[2]
Universidade de São Paulo, São Paulo, SP
Centro Universitário de União da Vitória – Uniuv, PR

Resumo
Este artigo tem como objetivo refletir sobre o jornalismo e a cobertura dada à temática da infância abandonada e ao tratamento semântico dado a essa infância. Para avaliar aspectos da produção jornalística, foram utilizadas reportagens publicadas nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. A observação acerca desse tema está ancorada em uma pesquisa de doutoramento em andamento, que busca a compreensão das mudanças semânticas em torno da expressão "meninos de rua". Dois casos foram examinados: o do menino Italo, 10 anos, que ao furtar um carro foi morto por PMs; e o do menino Waldick, de 11 anos, que foi morto pela Guarda Civil Metropolitana em São Paulo. O período observado foi de 1º de junho a 31 de julho de 2016.

Palavras-chave: jornalismo; jornalismo impresso; reportagem; infância abandonada; tratamento semântivo.

Introdução

A reflexão sobre o jornalismo e suas contribuições sociais sobre o tratamento dado à criança é o objetivo deste artigo. A observação acerca desse tema está ancorada em uma pesquisa de doutorado em andamento, que busca a compreensão das mudanças semânticas em torno da expressão "meninos de rua", contemplando situações em que meninos, geralmente pobres, surgem nos jornais e de que modo suas histórias são abordadas e, de modo mais específico, que tratamento semântico as crianças recebem ao serem nominadas nos textos jornalísticos.

Esta pesquisa utiliza-se das teorias da reportagem, do jornalismo, entre outras áreas do conhecimento. O material de observação provém dos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, como um modo de apontar elementos necessários à cobertura jornalística. São dois acontecimentos em destaque: 1) um menino de 10 anos, Ítalo, foi morto por policiais militares na zona sul de São Paulo na noite do dia 2 de junho de 2016, em uma troca de tiros, após o furto de um carro por Ítalo e um colega de 11 anos; 2) um menino de 11 anos, Waldik, foi morto por um guarda-civil metropolitano na noite

[1] Trabalho apresentado no **GP Jornalismo Impresso** do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.
[2] Doutoranda em Ciências da Comunicação da ECA-USP, email: angelafarah@usp.br. Sob orientação de Profª Dra. Cremilda Medina. Professora no Centro Universitário de União da Vitória (Uniuv).

de 25 de junho de 2016. O garoto estava no banco traseiro de um carro, que, de acordo com a Guarda Civil, pertencia a homens que realizavam assaltos em Cidade Tiradentes, na zona leste de São Paulo. A versão digital dos jornais citados foi examinada no período de 1º de junho a 31 de julho de 2016.

Os estudos da antropologia, a partir da década de 1960, revisaram e reformularam seus conceitos fundamentais, como cultura e sociedade, apontando que não são exclusivamente os valores ou as crenças que assinalam o desenvolvimento de uma cultura em determinada sociedade, mas aquilo que os molda. Acompanhando o entendimento de cultura do antropológo argentino, Nestor García-Canclini (1983), em sua obra As culturas populares no capitalismo, pode-se definir cultura como os sistemas simbólicos formados pelo permanente processo dado pelas relações e inter-relações dos atores sociais (crianças, jovens, adultos, idosos), que são os responsáveis por vivenciar e repassar os sentidos de sua experiência em uma determinada sociedade.

Para o pensador catalão, Miquel Moragas Spà (1988), a língua é um dos critérios para a formação de uma cultura, de uma identidade cultural. É nessa característica que comunidades, tribos, grupos e organizações sociais se reconhecem ou se estranham, em primeiro lugar. Para Moragas, há ainda mais três critérios na pluralização da formação cultural de um povo: a geopolítica, a histórica e a social.

Nesse sentido, é possível afirmar que os meios de comunicação podem transmitir mais do que crenças, valores ou costumes para a sociedade. O contexto cultural demonstrado em uma reportagem, por exemplo, permite que a sociedade observe os sentidos e os significados de uma cultura (da cultura desse momento) gerados por meio de relações e interações.

A construção do conceito de infância

Antes de apresentar a contextualização dos casos, é bastante relevante pensar no conceito de infância. O que é ser criança? Como isso se dá, como isso se apresenta para a sociedade? Os pesquisadores dessa área indicam que o pensamento ocidental em relação à criança começa a modificar-se a partir do final do século XVII. De acordo com o historiador Peter Stearns (2006), a mudança iniciou-se nas classes sociais mais altas causada pela interferência do poder público e da Igreja, trazendo a percepção da infância como uma fase fundamental e suas necessidades especiais, como alimentação, orientação, escolaridade. A partir da queda da taxa de natalidade, há o interesse em

buscar a atenção individualizada para cada criança, iniciando, também, nessa fase a distinção entre a infância e seus estágios.

Para Stearns (2006), um elemento que pode ser apontado como desencadeador da mudança do conceito de infância na sociedade moderna é a exposição de alguns filósofos do final do século XVII, que começam a refletir sobre a importância de respeitar a individualidade da criança e a tratar com carinho especial, pensando, principalmente, em como poderiam lhe ensinar novos conteúdos, assim como desenvolver nelas a criatividade.

No modelo de infância moderno percebem-se três mudanças principais, segundo Stearns (2006), que se desenvolveram ao longo dos séculos XVII e XIX. A primeira refere-se à desvalorização do trabalho na infância para o reconhecimento da importância da educação para a criança. A escolaridade passa a ser considerada obrigatória e, aos poucos, essa ideia alcança também os adolescentes (a partir do século XIX), que param de trabalhar para estudar. A segunda mudança é consequência da primeira. Como crianças e adolescentes param de trabalhar, houve o entendimento de que era preciso limitar o tamanho das famílias para que todos pudessem ter seu sustento garantido. Desse modo, o terceiro elemento do modelo de infância moderno é a redução da taxa de natalidade. Essa mudança é reflexo das primeiras transformações que procuravam naquele momento dar mais atenção e cuidado à criança. Dessa forma, a saúde das crianças passa a merecer mais cuidado e, assim, as mortes precoces diminuem.

Assim pode-se afirmar que a ideia de infância como um estágio distinto da vida é um conceito relativamente recente. A noção de que as crianças devem estudar e não trabalhar, brincar, receber proteção, alimentação, atenção, carinho e cuidados especiais de adultos torna-se a definição de infância tradicional solidificada a partir de 1850 e que permaneceu até 1950 (premissas que se conservam verdadeiras nos anos 2000), conforme apontam Stearns (2006) e Steinberg e Kincheloe (2001).

Ariès (2006) indica que em determinados períodos da história era considerada criança a pessoa que ainda fosse dependente economicamente dos pais e/ou da família. Mudando a visão social sobre a infância, surgiram leis, convenções, acordos mundiais que definem o que é ser criança. A Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela resolução nº. L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989 e ratificada pelo Brasil em 20 de setembro de 1990, define criança

no artigo 1 como "todo ser humano menor de dezoito anos de idade, a não ser que, em conformidade com a lei aplicável à criança, a maioridade seja alcançada antes".

A lei brasileira nº. 8.069, de 13 de julho de 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece o conceito de criança no artigo 2º: "Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade" (grifo meu).

A partir de 1950, de acordo com Steinberg e Kincheloe (2001), as noções de carinho, cuidados especiais e responsabilidade dos adultos para com as crianças continuam válidas, no entanto a infância inicia uma nova fase com as inovações da sociedade industrializada e da cultura corporativa do consumismo, que têm como foco privilegiado o grupo das crianças. Segundo os autores, essa cultura corporativa transmitida principalmente pela televisão, o que não minimiza o papel de outros meios de comunicação, é a causa de uma nova era da infância, que transforma as crianças em dependentes e passivas e, ao mesmo tempo, oferece às crianças o contato com informações que só teria quando fosse adulta, modificando sua relação com o mundo adulto e os estágios da infância pelos quais deveria passar.

A criança, hoje, tem um papel ativo na sociedade com direitos, deveres e autonomia, sendo subordinada às ordens e aos cuidados dos pais ou de um adulto responsável, porque necessita de atenção especial, por estar em fase de formação. De algum modo, a criança sempre teve seu espaço de atuação na formação social das diferentes civilizações em diferentes épocas. A partir da consolidação dos meios de comunicação, a criança é percebida, também e com grande influência, por meio dos registros veiculados na TV, no rádio, na internet e no jornal impresso, que proporcionam a percepção sobre as mudanças sociais e também discutem e rediscutem qual é o papel e o lugar da criança nesse contexto.

Caso 1 – O menino Ítalo, de 10 anos, foi morto por policiais militares na zona sul de São Paulo, na noite do dia 2 de junho de 2016, após o furto de um carro por Ítalo e um colega de 11 anos

Esse caso teve boa cobertura jornalística nos dois jornais citados, com matérias diárias, tentando dar conta das contradições das histórias presentes no fato, que rendeu notícias dois dias depois de acontecido. Na edição de sábado, 4 de junho de 2016, Folha e Estadão apresentaram o caso na capa, com imagem. No Estadão, a foto em destaque é

da mãe do garoto em sofrimento pela perda do filho, com a legenda: "Dor. Mãe nega que filho estivesse armado e acusa PMs". Na Folha, a imagem em destaque é o corpo do menino estendido no banco do motorista, com as pernas para fora, no carro que foi furtado por ele e seu colega de 11 anos. A legenda descreve: "Corpo de Ítalo, 10, morto por PMs; segundo a Secretaria de Segurança de SP, criança furtou o carro e atirou em policiais." No Estadão, a manchete de capa apresenta o menino como sujeito-vítima da PM ("Menino de 10 anos é morto por PMs após furto de carro"); na manchete da Folha, na capa, a ação da PM está em destaque ("PM mata menino de dez anos suspeito de furto").

Ainda nessa edição, as páginas internas trazem as matérias completas sobre o acontecimento. O Estadão apresenta a matéria principal em página inteira, com retranca sobre a visão da família e uma análise de uma policial militar reformada. Com o título "Policiais precisam saber quando atirar", a autora classifica os comportamentos dos policiais, reafirmando a necessidade de um treinamento mais eficaz para esses momentos de tensão vividos por um policial militar. Para ela, "Acontece que, no Brasil, há pressão social muito grande para que se matem criminosos." E na opinião dela, essa pressão conta no momento de decisão do policial militar. O Estadão publicou, ainda, uma reportagem complementar sobre o número de pessoas que a PM mata por dia no Estado de São Paulo, intitulada "PMs matam duas pessoas por dia no Estado de SP".

A Folha também publicou matéria principal, com os dados sobre o acontecimento. Um perfil do menino Ítalo foi publicado, mostrando quem ele era, como vivia, como era sua família, acompanhando a mãe no reconhecimento do corpo no Instituto Médico Legal. Acima desse perfil, há um infográfico com a cronologia do fato, o mapa da região em que o furto e a perseguição policial aconteceram e, também, as ocorrências policiais dos meninos.

Há dados contraditórios nessas matérias da Folha e do Estadão. A Folha diz que o menino era estudante do 2º ano do Ensino Fundamental, e o Estadão afirma que o menino estudou até a 4ª série e deixou a escola no fim do ano passado.

No dia seguinte, 5 de junho, dando continuidade à cobertura do fato, o Estadão publicou uma matéria intitulada "'O mundo está perdido', diz filho de vítima", em que é reproduzida a fala do filho do proprietário do carro sobre o episódio feita em sua página no Facebook. Destaco o seguinte trecho: "Ele relatou ter conversado com o amigo do menino morto, de 11 anos, que também participou do furto do veículo no prédio na Vila

Andrade. 'Assustado, ele não tinha a menor ideia da dimensão do que tinha acabado de acontecer. Disse que o amigo queria roubar e matar a primeira pessoa que visse na frente. Como assim? Como uma pessoa nessa idade pode ter esse pensamento? Por que eles não estavam na escola, brincando e tendo toda a educação que eu pude desfrutar na minha infância? Por que eles não puderam ter os mesmos acessos que eu tive?', escreveu".

Pode-se inferir dessa situação e dessa fala uma importante relação, apontada pelo historiador Peter Stearns (2006): sociedade, criança e morte. Em todos os períodos históricos de desenvolvimento de nossa sociedade, o índice de mortalidade infantil era muito alto. A partir do século XIX, nascem menos crianças, seus pais tomam mais cuidados com elas e estabelece-se que elas não podem morrer, por isso as sociedades industrializadas direcionaram maior número de recursos para evitar a morte precoce. Além disso, as crianças foram afastadas do acontecimento da morte, os especialistas indicavam que isso poderia não fazer bem à criança, ao seu desenvolvimento psicológico. "O compromisso disseminado de manter as crianças vivas tornou, sem dúvida, mais difícil aceitar as mortes que ocorressem." (STEARNS, 2006, p.157). Não é natural que uma criança morra, em nenhuma circunstância.

Na Folha, a matéria do dia 5 de junho trata do enterro do menino e da declaração da mãe pedindo justiça. Em um quadro, há o depoimento de uma psicóloga que conheceu Ítalo em 2014, então com 8 anos, em um abrigo no litoral paulista. "Aos oito anos, tinha marcas de cigarro pelo corpo e havia sido deixado sozinho em casa. Empinava pipas e pedia comida na vizinhança. Comovidos, os moradores chamaram o conselho tutelar", afirma a matéria. Em seguida, um trecho do depoimento que contribui para a compreensão acerca desse menino e de sua vida: "Ítalo ficou conosco em torno de três meses. Foi um pequeno furacão que passou entre nós, mas um furacão que parecia nos pedir ajuda. Sei que a história dele vai se repetir e que a impotência diante disso inquieta o coração. Lá se vai mais um guri!". É possível compreender que o sistema de atendimento à criança não consegue atender às necessidades das crianças em situação de risco ou vulnerabilidade.

No dia 7 de junho, a notícia do Estadão está centrada na ameaça que o colega de Ítalo teria sofrido para gravar o vídeo e dizer o que os policiais queriam que ele dissesse. Na notícia da Folha, o eixo central está na mudança do depoimento do menino de 11 anos, em que diz que o amigo não estava armado e que a arma foi "plantada"

pelos policiais. Também se refere ao apoio dos moradores aos policiais, pedindo para que o comando não retire os policiais da rua.

O terceiro depoimento do menino de 11 anos foi tratado no Estadão no dia 8 de junho, tratando das diferentes versões. A Folha apresentou notícia sobre uma testemunha que teria ouvido tiros disparados do carro contra os policiais, reforçando o relato dos policiais. Apresentou, também, um quadro com perguntas e respostas sobre o acontecimento.

Na sequência, dia 9 de junho, o Estadão apresenta uma pequena matéria no canto direito inferior sobre o caso. Trata do apoio do Conselho de Comunitário de Segurança do Portal do Morumbi aos policiais militares. Conta, também, sobre a testemunha do caso que reforça o relato dos policiais. Em pequena nota, a Folha noticia a informação dada pela perícia de que a cena do crime foi alterada. Nos dias seguintes, as notícias nos dois jornais foram sobre os problemas encontrados pela perícia na cena do crime e depoimento dos policiais sobre o fato. Na Folha e no Estadão, até o dia 20 de junho, o caso do menino Ítalo foi noticiado com notícias ou notas pequenas à margem das páginas dos jornais.

Mesmo com todas as reviravoltas do caso, mostrando que os policiais adulteraram a cena do crime, desobedeceram ordens superiores de não atirar, forçaram o depoimento do colega de Ítalo sobre a posse de arma, entre outros detalhes, na reconstituição do fato, os moradores do bairro receberam os policiais com aplausos e gritos de apoio. Os dois jornais noticiaram esse “protesto” com pequenas notas.

A Folha de S. Paulo investiu em jornalismo e apresentou uma reportagem especial no dia 12 de junho sobre o atendimento à criança em situação de vulnerabilidade, o investimento municipal nessa situação e no conflito entre os moradores do bairro Morumbi com os meninos das favelas vizinhas. De acordo com a reportagem “Falta de estrutura dificulta auxílio a criança vulnerável”, falta formação de conselheiros para aumentar o número de Conselhos Tutelares em São Paulo, que deveriam ser 112 e não passam de 52. Além disso, faltam mais Varas de Infância e da Juventude nos fóruns na cidade. Também há falta de vagas nos abrigos, assim como atendimento especializado nesses locais. As situações distintas das crianças é um dos maiores empecilhos no tratamento adequado. Há uma matéria também sobre a dificuldade de repasse de verbas para as ONGs que auxiliam na rede de proteção à infância.

Houve, também, investimento do Estadão em reportagem especial, na edição de domingo, no dia 26 de junho, buscando compreender algumas das questões levantadas por esse acontecimento. O olhar do jornal foi em relação ao trabalho da Polícia Militar, sua falta de estrutura, suas dificuldades, entre outros fatores, na reportagem intitulada "Bairros com mais violência em SP têm menos PMs para cuidar de cada crime". De certo ponto de vista, levanta um ponto crítico do trabalho da própria Secretaria Estadual de Segurança, que admite precisar rever os critérios de distribuição dos policiais.

São essas produções jornalísticas especiais, com trabalho de reportagem de campo, que permitem ao leitor ampliar sua visão de mundo, conhecer algo que está fora do seu cotidiano, de sua convivência. O jornalismo organiza o caos informacional da sociedade em narrativas que permitem algum conhecimento sobre o outro, aquele que está próximo e distante ao mesmo tempo.

É nesse sentido que Medina define o jornalista como um leitor cultural, como um escritor romancista. Desse modo, o repórter amplia seu relato, porque percebe o que está a sua volta, a volta do seu entrevistado, relaciona-se com o presente, para poder reportá-lo com competência ética, técnica e estética. Como define a pesquisadora: "[...]: abrimos [nós, jornalistas] nossa cosmovisão para a amplitude das leituras culturais, aos poucos a estreitamos em função de exigências específicas, voltamos a realimentar nossa estreiteza com as larguezas do outro, seguimos aplicando a situações próprias que novamente se esgotam." (MEDINA, 1996, p.34).

Ainda na edição de domingo, do dia 26 de junho, o sociólogo José de Souza Martins publicou o artigo "Nem criança nem adulto", no caderno Aliás, que trata sobre a delinquência juvenil e o trabalho – a necessidade dele para ensinar e prover e a lógica do trabalho infantil, muitas vezes escravo. A discussão que tenta levantar é a defesa de que um trabalho justo e digno pode ser uma alternativa para preservar os adolescentes brasileiros mais pobres, principalmente, longe da criminalidade.

Esse é um tema polêmico. Muito precisou ser feito para que os países percebessem a exploração das crianças pela "nova" sociedade industrial. O sociólogo e fotojornalista Lewis Hine (1874-1940), ao realizar um trabalho fotográfico para o National Child Labour Comittee, entre 1908 e 1917, mostrou crianças que trabalhavam mais de 12 horas seguidas em fábricas e em minas. Esse trabalho contribuiu efetivamente para a alteração da legislação norte-americana sobre o trabalho infantil

(SOUSA, 2000, p.59) e reflete a preocupação com o bem-estar da criança. O trabalho infantil, estendeu-se, segundo Stearns (2006), ainda, até 1915, aproximadamente.

De modo geral, as legislações vigentes mundo afora, incluindo o Brasil, preveem o não trabalho infantil, com o objetivo de não permitir o trabalho escravo ou em condições degradantes às crianças, principalmente quando o trabalho as afasta da escola e do brincar. No entanto, acompanhando a visão do sociólogo José de Souza Martins no artigo "Nem criança nem adulto", no caderno Aliás, do Estadão, está-se referindo ao trabalho para crianças e adolescentes que possibilita a elas compreensão da vida cotidiana da sociedade, proporcionando, também, uma visão prazerosa na prática das atividades diárias em casa, por exemplo, inicialmente, para a construção de um sentimento de responsabilidade diante de si e do outro[3]. Não é, de modo algum, uma defesa pelo trabalho infantil de exploração ou indiscriminado.

Caso 2 – O menino Waldik, de 11 anos, foi morto por um guarda-civil metropolitano na noite de 25 de junho de 2016 em São Paulo

O jornal Folha de S. Paulo estampou na capa, do dia 27 de junho de 2016, "Garoto de 12 anos é morto em SP por guarda-civil", lembrando no subtítulo que "É o segundo homicídio de menor por agentes de segurança em um mês". Na matéria interna, na editoria Cotidiano, há o relato do acontecimento, a relação entre a morte de Waldik e uma entrevista com a mãe do adolescente. O jornal traz, também, uma reportagem de página inteira intitulada "2 em cada 3 menores infratores não têm o pai dentro de casa", seguida do subtítulo "Família e escola são principais freios à entrada de jovens no crime, afirma promotor de SP". A reportagem ressalta a importância do vínculo afetivo positivo, que não existe apenas no âmbito familiar, mas é o lugar mais óbvio em encontrá-lo e construí-lo. No dia seguinte, a Folha corrigiu a idade do garoto, de 12 para 11.

O Estadão produziu material de uma página, no dia 27 de junho de 2016, contando o fato da morte do garoto, revendo o caso de Ítalo, apresentando análise por especialista em segurança pública e denunciando que delegacias de Polícia Civil

[3] O tema é muito rico para um debate amplo e complexo, desde o aspecto legislativo até aspectos sociológicos e antropológicos, que mostrariam a construção dos ideais do não trabalho para crianças e da permissão controlada do trabalho para crianças com intenções educadoras, no entanto não há espaço neste artigo para tal discussão.

localizadas em áreas mais violentas têm menos policiais para investigações, o que prejudica a conclusão de inquéritos e punição dos criminosos.

O jornal manifestou preocupação com a averiguação, para a adequada punição do guarda-civil e seu comando, em editorial intitulado "O erro da GCM e o prefeito", no dia 28 de junho. A reportagem dessa mesma edição intitulada "Guardas dizem que não viram confronto, só os tiros do agente que matou criança" aponta para os erros da operação. Em matéria complementar "Polícias mataram 191 adolescentes em 6 anos em SP", apresentou o levantamento realizado pela própria ouvidoria das Polícias Civil e Militar. Nota, no fim da página, mostrou a visão do prefeito Haddad sobre o erro do guarda-civil, indicando que o policiamento não deve ser feito pela GCM. Outra matéria conta a história do ponto de vista do colega de Waldik, sob o título "'Só queria ostentar', diz colega de garoto".

Na capa do dia 28 de junho de 2016, a Folha chama para a matéria interna, na editoria Cotidiano, intitulada "GCM errou do início ao fim em ação que matou garoto", apontando os detalhes da ação da GCM. Em outra matéria, intitulada "Guarda civil perde efetivo e amplia suas atribuições", mostrou a insatisfação do sindicato da categoria com o pronunciamento do prefeito, indicando outros fatores para as falhas da GCM. Em quadro, a Folha apresentou as características da GCM no formato de perguntas e respostas. Ainda nessa edição, um perfil de Waldik foi publicado, intitulado "Instável – menino de 11 anos morto por guarda-civil passou de brincalhão para rebelde no período de um ano; 'foram as más companhias', dia mãe". O material revelou um garoto vulnerável, com características comuns a sua faixa etária, que, no entanto, precisava de atenção.

A Folha de 29 de junho apresentou reportagem sobre uma ação suspeita de policiais militares e da GCM que matou um universitário, com matéria complementar de um perfil do estudante. Ainda nessa edição, uma reportagem de página inteira intitulada "GCM descumpriu decreto ao escalar equipe que matou garoto de 11 anos", mostrando os erros da GCM, a versão do secretário – que negou, mas disse que vai rever regra, e uma retranca que apresentou a versão dos garotos que afirmam que não estavam armados. O Estadão dessa data traz reportagem de página inteira intitulada "PMs e guardas-civis atiram 15 vezes em perseguição; universitário morre". Na outra página, uma pequena notícia, ocupando a parte superior da página, intitulada "Guarda Civil de SP matou 17 desde 2013; 4 neste ano".

Na edição de 30 de junho, a Folha relembra a morte de um rapaz de 17 anos, em 2013, pela PM de São Paulo, que ainda está sem solução. Em outro caso de morte de jovem pela PM de São Paulo, há a suspeita de que a polícia tenha forjado o tiro.

A capa do Estadão de 30 de junho trouxe uma entrevista exclusiva com o guarda-civil, Caio Muratori, que matou o menino de 11 anos, Waldik, no dia 25 de junho. Sob o título "'Saí de casa como um policial exemplar, voltei com um alvará de soltura no bolso'", a entrevista revela o ponto de vista do guarda-civil. Para complementar a entrevista, há uma matéria sobre o número de assassinatos de crianças e adolescentes por ano no Brasil. Em Editorial, "Outra ação desastrada", o Estadão reflete sua preocupação diante dos últimos acontecimentos envolvendo crianças, adolescentes e jovens adultos e as forças de segurança do Estado.

No domingo, dia 3 de julho de 2016, foi a vez da ombudsman da Folha, Paula Cesarino Costa, avaliar as reportagens produzidas pelo jornal sobre as mortes dos meninos Ítalo e Waldik, do jovem Robert de 15 anos, do universitário Júlio César de 24 anos, assim como os comentários dos leitores do jornal. Para ela, o jornal teve desempenho irregular na cobertura dos casos citados. "Para muitos leitores, a Folha sempre é a favor das vítimas e contra a polícia. "O jornal na sua parcialidade só levou em conta o lado da pessoa que cometeu crime", disse um leitor. "Pretende fazer crer aos leitores que a PM executou uma criança inocente e indefesa?", questionou outro." Em outro trecho aponta: "O jornal não deve julgar, nem deve agir como aliado da polícia ou como entidade protetora dos fracos e oprimidos. Sua obrigação com o leitor é relatar o mais detalhadamente possível os fatos, destacar as incoerências e inconsistências de versões, fazer apurações próprias e não se limitar ao relato parcial da polícia. Na investigação e no relato da linha de tiro da polícia, não pode haver inocência jornalística."

Nessa mesma edição de 3 de julho, a Folha publicou uma reportagem especial informando sobre as apreensões de crianças e adolescentes em São Paulo, capital, sob o título "Um menor é apreendido em flagrante a cada 3h em SP". A outra reportagem "Meus garotos: mães de adolescentes infratores em bairros de São Paulo campeões em apreensões relatam desespero e desencanto" parece vir para humanizar os números apresentados na reportagem principal. No entanto, essa separação entre os números, os dados objetivos e as histórias das pessoas envolvidas não contribui para a compreensão do leitor sobre a realidade complexa, como preconizaram Cremilda Medina e Paulo

Roberto Leandro, na obra A arte de tecer o presente, de 1973: "o protagonismo social, a consequente contextualização que, por sua vez, apresenta-se no âmbito de raízes histórico-culturais e passa pela análise dos especialistas em diagnósticos-prognósticos sobre a circunstância em pauta." (p.8).

A criança e o jornalismo

De modo geral, o material jornalístico observado para este artigo utilizou os termos menino, criança, garoto, adolescente. No caso 2, é o que termo *menor* e *menor infrator* aparecem. Surgem tanto nas notícias específicas sobre a morte do menino Waldik quanto nas reportagens especiais sobre os temas correlatos aos conflitos com a lei envolvendo crianças e adolescentes.

Destaco um trecho publicado na coluna da ombudsman da Folha, no dia 3 de julho de 2016, quando avaliava a cobertura das mortes de crianças e jovens pela Polícia Militar e pela Guarda-Civil:

> Infrator ou em conflito com a lei?
> Reportagem da semana passada informava que "2 em cada 3 menores infratores não têm o pai dentro de casa". O uso da expressão "menores infratores" foi questionado pelo pesquisador Thiago Oliveira, do Núcleo de Estudos da Violência da USP. Propôs como alternativa usar "adolescentes em conflito com a lei". Pouco jornalístico.
> O Manual da Redação sugere evitar o termo "menor", em benefício de vocábulos mais precisos, como "criança" ou "adolescente". O secretário de Redação Vinicius Mota não vê problema no uso do adjetivo "infrator" para descrever adolescente que cometeu, nos termos da lei e segundo os trâmites da Justiça, uma infração.
> A meu ver, o problema é que, por vezes, usa-se o termo, sem a comprovação da infração.

O jornalismo resiste a essas nomenclaturas aprovadas em lei, talvez por considerar que representa certo cerceamento da liberdade de escrita, além de ser pouco prática para títulos e ao esquema de escrever mais com menos palavras ou, ainda, "pouco jornalístico", nas palavras da ombudsman da Folha. A pesquisadora Irene Rizzini (1997) aponta para uma visão ambivalente em relação à criança: de um lado, a criança simbolizava o futuro da nação, a esperança de que se fosse devidamente educada a criança poderia se tornar útil à sociedade; de outro lado, a criança representava uma ameaça à sociedade, porque começa-se a se ter dúvidas de sua inocência, por isso se for exposta a situações e pessoas ruins, pode vir a ser um problema.

De acordo com Rizzini (1997, p.29, grifos do original), "Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica – a do menor – que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou *'em perigo de o ser'*; pervertida ou *'em perigo de o ser'*...". E é desse modo que a expressão *menor* vai parar nos jornais, depois de já estabelecido o domínio jurídico, médico e assistencial. É por isso que os pesquisadores questionam o uso do termo, pois há uma carga cultural com significados que relacionam violência e pobreza, por exemplo.

Considerações finais

Como afirma o historiador Stearns: "[...] as infâncias refletem as sociedades em que se inserem e também ajudam a construir essas sociedades, por intermédio dos adultos que surgem das crianças. A infância, nesse sentido, é uma chave única para a experiência humana maior" (2006, p. 20). De alguma forma, toda criança precisa passar por determinados estágios de aprendizado para chegar à fase adulta e corresponder ao comportamento que se espera dela em determinado meio social.

Compreendendo a importância da identidade cultural dos povos, percebe-se a importância da leitura cultural, que é testemunhada pela arte e pelas narrativas da contemporaneidade, como preconiza a jornalista e pesquisadora Cremilda Medina (2003). Como proposição, Canclini (1983) aponta para ideia de agente cultural, o jornalista, também chamado por Medina, de leitor cultural, aquele que administra os sentidos do poder (pluralizando o poder), renovando-os ou revolucionando-os. Para tanto, é preciso preparação, formação específica, graduação em epistemologia da complexidade.

Ambos os jornais realizaram uma cobertura factual sobre os acontecimentos escolhidos para observação neste artigo Como analista, ao ter acesso à sequência das matérias dos dois jornais como material de leitura, há uma sensação de fragmentação da informação, provocada desde a proposição das pautas, à divisão editorial dos conteúdos e ao destaque dado às matérias. Apesar de terem produzido materiais jornalísticos especiais com temáticas correlatas às matérias observadas, questiono se a fragmentação dessas informações, principalmente a partir da disposição gráfica dessas produções, não poderia causar mais "desinformação do que informação", para usar as noções de Leão Serva (2001).

Referências

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2006.

CANCLINI, Nestor García. **As culturas populares no capitalismo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

LEANDRO, Paulo Roberto; MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente.** São Paulo: Média, 1973.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente:** narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

_____. **Povo e personagem.** Canoas: ULBRA, 1996.

MORAGAS, Miquel de. Cultural identity, communication spaces and democratic participation, in **Communication and cultural identity, Actes del XVI Congreso de la AIERI-IAMCR**, Barcelona: UAB / AIERI-IAMCR, 1988.

SERVA, Leão. **Jornalismo e desinformação.** 2.ed. rev. e atual. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

STEARNS, Peter N. **A infância.** São Paulo: Contexto, 2006. (Coleção História Mundial).

STEINBERG, Shirley R.; KINCHELOE, Joe L. (Orgs.). **Cultura infantil:** a construção corporativa da infância. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.